A Emigração do norte de Portugal para o Brasil em 1912: o caso de todas as partidas

Ricardo Rocha*

> "Quando se tratará do problema de emigração,
> que se está fazendo dum modo assustador?"
> (João Brandão, Câmara dos Deputados, 24.01.1912)

Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma análise de âmbito essencialmente quantitativo, quanto à emigração que, a partir do Governo Civil do Distrito do Porto – entidade, então como agora, responsável pela emissão de passaportes em Portugal –, partiu para o Brasil no ano de 1912. A pesquisa que permitiu recolher os dados que aqui apresentamos, realizada no âmbito do nosso trabalho de doutorado em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do projecto de investigação do CEPESE, intitulado *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, foi integralmente feita a partir dos livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes existentes no Arquivo Distrital do Porto, cruzados com os dados oficiais dos Anuários Estatísticos e Demográficos publicados pelo Estado português.

Ao presente trabalho presidem três balizas essenciais: a cronologia (ano de 1912); o universo (emigrantes cujo passaporte foi emitido pelo Governo Civil do Porto); e o país de destino desses mesmos emigrantes (Brasil). Procuraremos, dessa forma, perceber qual a importância do ano de 1912 em termos da emigração portuguesa, de e para onde se dirigiam especificamente esses indivíduos, e qual o seu perfil socioeconómico.

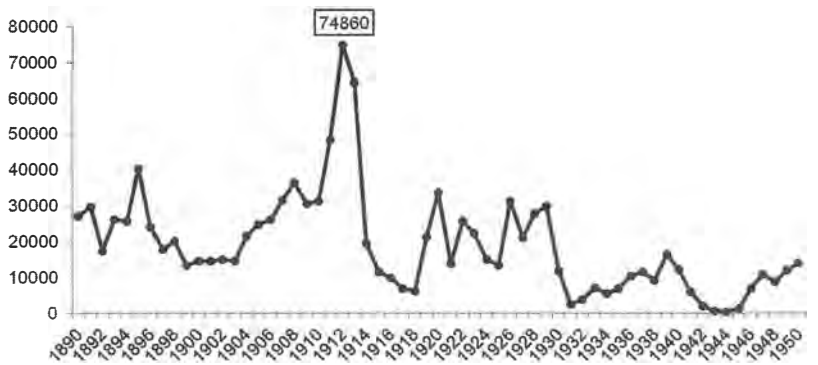
A riqueza informativa que nos é prestada pelos registos e processos de passaporte transforma-os numa fonte valiosa. Basta apenas referir que, além dos dados de carácter macro-analítico aqui apresentados, dispomos, para cada emigrante, do respectivo nome completo, e do nome dos pais, sendo que nos processos de passaporte encontramos, ainda, outros elementos, como registos sanitários e cartas de chamada, que ajudam a completar o perfil pessoal de cada um que partia.

Como não podia deixar de ser, procurámos também explicar e compreender os dados recolhidos, embora não nos alonguemos demasiado nessas interpretações, dadas as limitações de espaço inerentes a este trabalho, e também porque ainda procuramos explicações mais sustentadas e rigorosas para alguns desses dados.

A importância do ano de 1912 e do Brasil enquanto destino preferencial da emigração portuguesa

O ano de 1912 reveste-se de uma importância fundamental para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil. Como podemos observar no Gráfico 1, foi precisamente nesse ano que se registou o maior número de emigrantes partindo de Portugal para o país irmão. Embora os nossos números se reportem à emigração legal, isto é, aos dados oficiais publicados pelo Estado português, os números da emigração clandestina mantêm uma relativa proporção com os oficiais, podendo registar-se alguma variação desta correspondência, consoante o período histórico e respectivo contexto, mas nunca de forma a pôr em causa o "pódio" de 1912 enquanto ano mais significativo, tal a diferença relativamente aos outros anos.

Gráfico 01
Emigração legal de Portugal para o Brasil (1890-1950)



De facto, com excepção do ano imediatamente anterior e posterior, mais nenhum se aproxima do número observado em 1912 – 74860 portugueses partem então para o Brasil, a que não será alheia a situação de caos social, económico e financeiro que se vivia em Portugal desde a implantação da República, em 1910.

Da greve rural que se inicia em Janeiro, em Évora, mas que rapidamente se estende à capital e a outras regiões de Portugal; passando pela epidemia de tifo que entre Fevereiro e Abril mata centenas de portugueses; e terminando na greve da Carris que paralisou Lisboa durante praticamente um mês; sem esquecermos as diversas intentonas e incursões monárquicas no Norte do País que viriam a marcar o Verão de 1912, toda uma série de factos evidenciam o clima de autêntica guerra social que acabam por impossibilitar as tímidas tentativas de recuperação económica e financeira.

Os atentados, as prisões, os tumultos estão na ordem do dia. E com eles, o sonho e a vontade da partida instalam-se mais facilmente. Do lado de lá do Atlântico, fala-se a mesma língua, há necessidade de mão-de-obra face ao desemprego que grassa em Portugal, e há uma quase certeza de que no Brasil se enriquece fácil e rapidamente.

O discurso político tenta contrariar este movimento. Nos debates parlamentares de 1912, a emigração para o Brasil é apodada por vários deputados de "horrorosa", "patológica", "um dos nossos maiores cancros", "um verdadeiro êxodo", um "algarismo pavoroso"… Veja-se as palavras de Ezequiel de Campos, a 19 de Março: "A gente da minha terra de há muito caminha desoladoramente para o Brasil. A minha aldeia, de 1500 habitantes, tem constantemente da outra banda do mar, 160 pessoas. Este número de gente vive constantemente em idas e voltas; não enriquece; vão pobres, com esperanças, e voltam pobres, desiludidos e muitas vezes doentes. [...] A tuberculose parece que vem na bagagem; e os cemitérios vão registando pelas covas abertas em Portugal e no Brasil muitas ilusões perdidas, enquanto famílias desorganizadas arrastam uma vida de privações, raras vezes contrariadas pelo azar que a algum trouxe fortuna".

Nem a contrapartida das remessas parece bastar. Refere o deputado Carlos Olavo, na mesma sessão, que "para lá [Brasil] emigram, termo médio, 40000 pessoas, as quais drenam, a nosso favor, algum ouro, mas isso não pode, de maneira nenhuma, compensar o grande número de braços que por lá ficam, para todo o sempre, a apodrecer. E, efectivamente, assim é. A República precisa de mudar de sistema; precisa de drenar para as nossas colónias grande parte da nossa emigração". Ou seja, a emigração é necessária, sim, mas direccionada para as colónias portuguesas em África.

A 22 de Abril, Aquiles Gonçalves apela à modificação imediata da "lei de emigração no sentido de a reduzir, pois que, a seu ver, a emigração não representa mais do que a exportação de gente sã e uma importação de gente doente. Além disso, os emigrantes portugueses não são indivíduos suficientemente preparados para sustentarem a luta contra a concorrência dos emigrantes doutros países, visto que a sua máxima parte são analfabetos", ao que Sidónio Pais, ao tempo, ministro das Finanças, arguirá que "a gente que emigra é porque se encontra mal no seu país", entendendo "que se deve tratar de melhorar as condições do país, fomentando-se a indústria, o comércio e a agricultura, para que todos vivam bem".

Discurso político à parte, a verdade é que nada parece obstar a este movimento. E se no século XIX as explicações para o menor número de emigrantes são facilmente explicáveis, já que a população portuguesa era significativamente inferior, e as dificuldades em termos de navegação transoceânica eram bem maiores, já a justificação para, a partir de 1914, os quantitativos não mais retomarem os valores registados no período entre 1911 e 1913 serão de outra ordem.

Assim, e recentrando a nossa análise no Gráfico 1, vemos uma queda no período 1914-1918, em resultado da I Guerra Mundial e do respectivo recrutamento de jovens adultos, que constituem, como sabemos, a maior massa migratória; nos anos de 1920 assiste-se a uma ligeira recuperação, logo contrariada pela crise financeira de 1929-1930 e, com ela, à impossibilidade económica para realizar a viagem, fosse ela legal ou clandestina, aliada ao desemprego que também se verificava no Brasil e às medidas de restrição imigratória adop-

tadas pelo Governo brasileiro; finalmente, a tímida recuperação que tem lugar na segunda metade da década de 1930 é aniquilada pelo espoletar da II Guerra Mundial (1939-1945) e das óbvias repercussões para o movimento migratório transcontinental.

Após o término da II Guerra Mundial, a emigração de portugueses vai aproximar-se dos números de 1912, mas se, na década de 1950, o Brasil ainda se mantém como principal destino, rapidamente a Europa, com a França à cabeça, toma o seu lugar, devido à necessidade de mão-de-obra barata para a reconstrução e, posteriormente, para acompanhar o crescimento económico. Na década de 1960, os impressionantes quantitativos da emigração registados em 1912 são finalmente superados, mas agora para um destino mais próximo, menos dispendioso e menos arriscado. O sonho do enriquecimento já não ficava a um oceano de distância, mas tão-só a um salto da fronteira...

Retomando a nossa análise aos números do ano de 1912, é visível, no Gráfico 2, a esmagadora predominância do Estado brasileiro nas preferências dos portugueses que emigravam. Dos 7713 passaportes concedidos pelo Governo Civil do Porto em 1912, apenas 93 (1,2% do total) se destinaram a outros países, com especial destaque para a América do Norte, com 41 indivíduos (Gráfico 3), seguindo-se, curiosamente, dois Estados vizinhos do Brasil: Argentina e Uruguai (respectivamente, 18 e 15 emigrantes). De resto, apenas encontramos alguns destinos na Europa, mas de cariz essencialmente turístico – como fica patente pela designação "Viajar pela Europa" encontrada no campo "Destino" dos registos de passaporte –, ou seja, com uma motivação bem diferente dos que percorriam milhares de quilómetros em busca de melhor vida.

Gráfico 02
Distribuição dos titulares de passaporte
emitidos pelo Governo Civil do Porto por país de destino (1912)

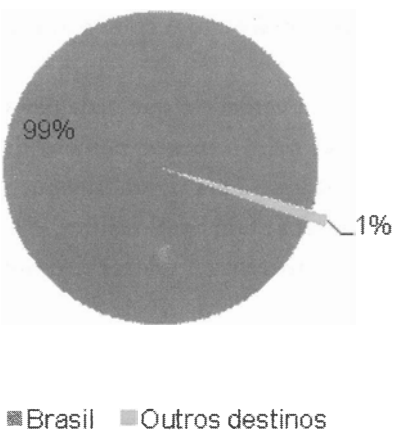
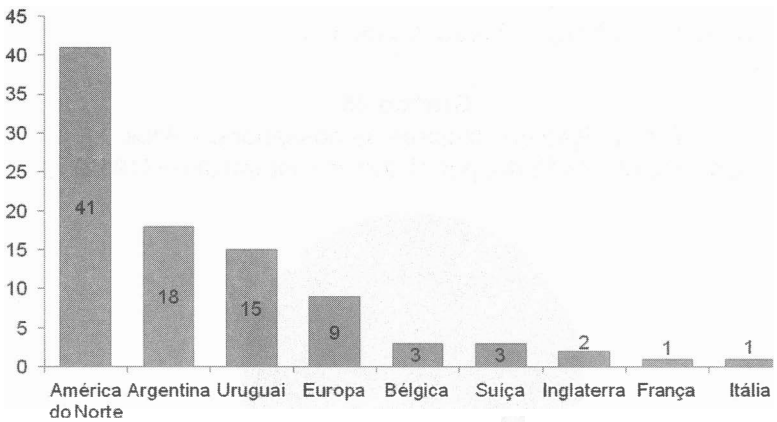


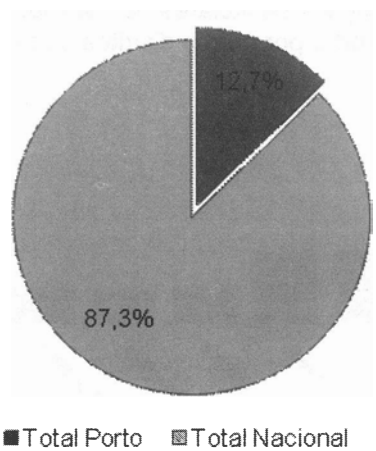
Gráfico 03
Distribuição dos titulares de passaporte emitidos
pelo Governo Civil do Porto por país de destino extra-Brasil (1912)



De onde vêm, para onde vão?

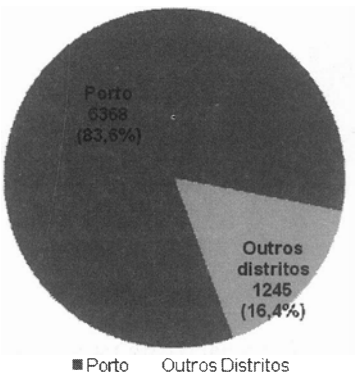
Face ao total da emigração que de Portugal partiu para o Brasil em 1912, podemos constatar que pelo Distrito do Porto, entre titulares de passaportes e respectivos acompanhantes, saiu quase 13% do total nacional (Gráfico 4). Todavia, nesse número incluem-se todos os emigrantes, cujos passaportes foram emitidos pelo Governo Civil do Porto, sendo que nem todos estes indivíduos eram, de facto naturais do Porto. O que podemos afirmar, com toda a certeza, é que a quase totalidade do contingente em análise saía pelo porto de Leixões, o grande porto do Norte de Portugal, como nos é dado a perceber pela indicação expressa que consta em praticamente todos os registos individuais de passaporte.

Gráfico 04
Emigração legal para o Brasil a partir do Porto, face ao total de Portugal (1912)



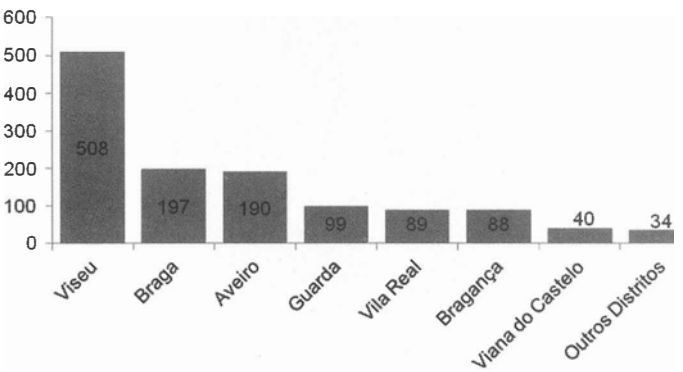
Obviamente, quando analisados os distritos e concelhos de naturalidade dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, o Porto é o distrito mais representado, havendo um claro critério de proximidade geográfica na distribuição. Ainda assim, mais de 16% destes emigrantes provêm de outros distritos (Gráfico 5), especialmente dos distritos vizinhos de Viseu, Braga e Aveiro (Gráfico 6).

Gráfico 05
Distribuição dos titulares de passaporte saídos
pelo distrito do Porto, por distrito de naturalidade (1912)



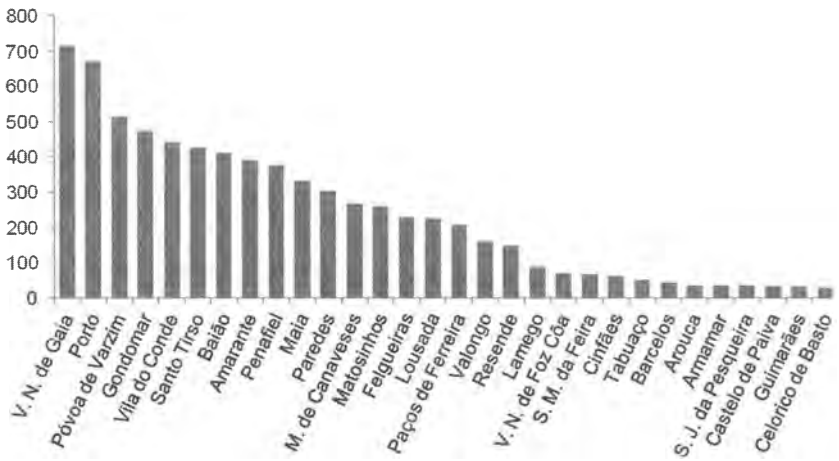
Assim, no que se refere à distribuição geográfica destes emigrantes, existe uma clara concentração no Porto e nos distritos do Norte de Portugal, e uma representatividade nula do Sul de Portugal e das Ilhas dos Açores e da Madeira, a acompanhar a pouca importância geral da emigração a sul do rio Mondego para o total da emigração portuguesa. A isso acresce o facto de que, por uma questão de distância geográfica, só faria sentido um indivíduo natural do Alentejo ou do Algarve requerer o seu passaporte junto do Governo Civil do Porto se estivesse a residir no Norte do País.

Gráfico 06
Distribuição dos titulares de passaporte saídos
pelo distrito do Porto, por outros distritos que não o Porto (1912)



A mesma lógica se aplica na análise do Gráfico 7, que apresenta a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto em 1912 por concelho de naturalidade. Dos trinta concelhos mais representativos, os 17 primeiros correspondem aos concelhos que então compunham o distrito do Porto. Note-se, neste particular, que apesar do claro predomínio destes concelhos portuenses, encontram-se representados nesse contingente 130 concelhos diferentes.

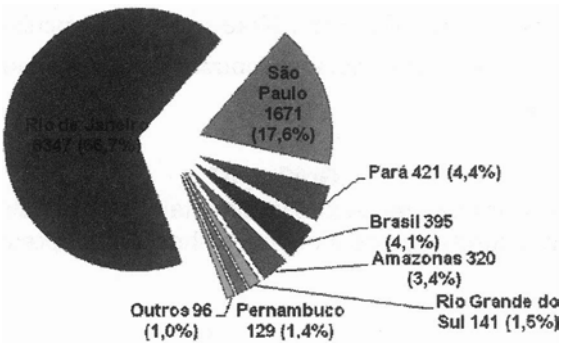
Gráfico 07
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por concelho de naturalidade os trinta concelhos mais representativos (1912)



Analisada que está a proveniência dos emigrantes que requisitaram passaporte no Governo Civil do Porto para viajarem para o Brasil, centremo-nos agora na sua distribuição por destino no Brasil. Os resultados a que chegamos (Gráfico 8) devem ser assumidos com bastante cautela, pois se era relativamente seguro que um determinado viajante desembarcaria no local indicado no registo de passaporte (o controlo alfandegário era relativamente rigoroso), num país imenso com o Brasil, e considerando os meios existentes na altura, depois do desembarque facilmente se perdia o rasto do emigrante.

Essa cautela não invalida que o principal Estado de destino fosse, indubitavelmente, o Rio de Janeiro, indicado por 66,7% dos emigrantes, seguido do Estado de São Paulo, sobressaindo a cidade portuária de Santos. Os Estados do Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul e Pernambuco são igualmente dignos de nota, pelos contingentes recebidos em 1912. Menos importantes, mas igualmente representados, estão os Estados do Paraná, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Maranhão e Baía, que no seu conjunto não representam mais de 1% do total.

Gráfico 08
Distribuição dos titulares de passaporte saídos
pelo distrito do Porto por Estado de destino no Brasil (1912)



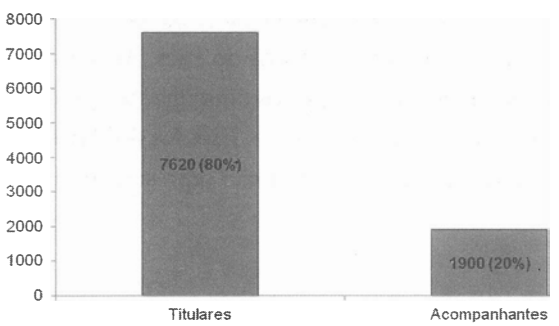
Quem são?

Passemos, finalmente, à apresentação e análise dos dados relativos às características socio-profissionais dos emigrantes que, em 1912, partiram de Portugal para o Brasil a partir do Distrito do Porto.

O universo que nos ocupa é composto por 9 520 indivíduos, 80% dos quais eram titulares de passaporte, e apenas 20% acompanhantes (Gráfico 9), ou seja, há uma relação de um acompanhante para cada quatro titulares. Ora, se tivermos em conta esta proporção e o facto de que, habitualmente, quem parte levando acompanhantes, viaja com dois, três ou mais indivíduos, torna-se evidente que a esmagadora maioria dos emigrantes viajava com passaporte individual.

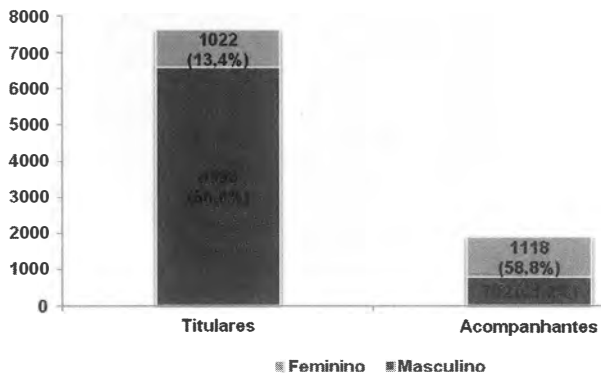
Tal não significa, no entanto, que esses indivíduos viajassem desacompanhados, pois encontrámos com alguma frequência irmãos, pais ou filhos a quem é concedido passaporte com a mesma data ou em datas próximas, o que revela a intenção de viajarem em grupo. Simplesmente, viajavam com passaporte individual, em detrimento de passaporte colectivo que, de resto, com a evolução legislativa produzida em Portugal relativamente a esta matéria, vai ser progressivamente limitado e mesmo abolido.

Gráfico 09
Total de emigrantes para o Brasil a partir
do Governo Civil do Porto, por tipo de titularidade de passaporte (1912)



Analisando a distribuição por género da totalidade de emigrantes saídos pelo distrito do Porto em 1912 (Gráfico 10), verificamos que, no que concerne aos titulares de passaporte, existe uma esmagadora preponderância de emigrantes do sexo masculino (86,6%). As poucas mulheres que partiam como titulares, normalmente iam ter com os seus maridos, levando na sua companhia os filhos mais novos.

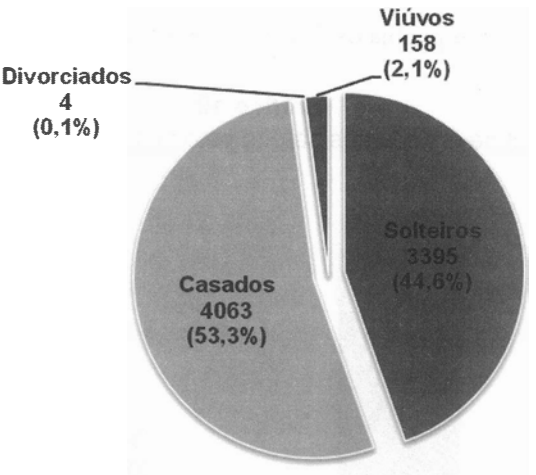
Gráfico 10
Distribuição do total de emigrantes saídos pelo distrito do Porto por género (1912)



Apesar de sabermos, à partida, que os emigrantes eram maioritariamente do sexo masculino, os números a que chegámos, tão reduzidos para o sexo feminino, fazem-nos reflectir sobre a realidade do reagrupamento familiar: afinal, quando partem as esposas daqueles que, nos anos anteriores a 1912, haviam partido para o Brasil em busca de uma vida melhor? Se as mulheres iam ter com os seus maridos, passados alguns anos da partida destes, reagrupando-se e continuando no Brasil a sua vida – idealmente com melhores condições de vida do que em Portugal – não deveria o contingente do sexo feminino ser mais representativo?

Essas dúvidas ganham ainda maior pertinência considerando o número de homens casados que viajavam para o Brasil, normalmente sozinhos. Analisando a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por estado civil em 1912 (Gráfico 11), vemos que o estado civil "casado" ocupa a maior fatia dos emigrantes (53,3%), ultrapassando em quase 9% o número de solteiros (a importância de divorciados e de viúvos é, por motivos óbvios, muito residual). Cruzando esses dados com a distribuição por género, torna-se claro que o grande grupo de emigrantes era, de facto, constituído por homens casados. E sabemos, mesmo que de forma menos precisa, que nos anos anteriores a realidade era muito aproximada desta, o que em nada ajuda a esclarecer as nossas interrogações, que esperamos, em pesquisas futuras, poder vir a dissipar de forma sustentada.

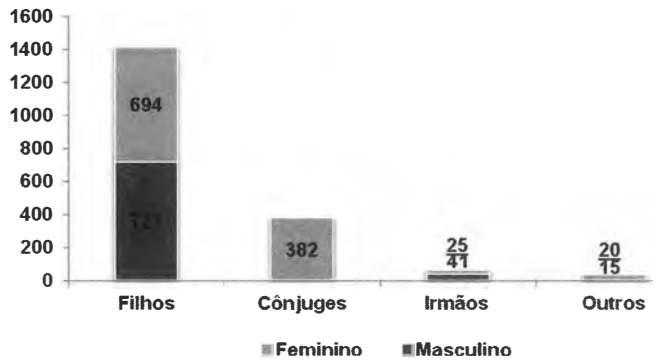
Gráfico 11
Distribuição dos titulares de passaporte
saídos pelo distrito do Porto por estado civil (1912)



Regressando à questão do género, observamos que a distribuição por género dos acompanhantes é bem mais equitativa, com uma ligeira preponderância do sexo feminino (58,8% do total, contra 41,2% de elementos do sexo masculino), por razões que se prendem, fundamentalmente, com o estado civil dos mesmos. Basta cruzar estes dados com os do Gráfico n.º 12, que apresenta a distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto em 1912 por grau de parentesco, para percebermos que a maior preponderância de mulheres se deve ao número de cônjuges que viaja na companhia dos seus maridos. Como seria de esperar, tendo em conta o contexto social do período em estudo, não existe um único marido a viajar na qualidade de acompanhante da sua mulher. Em todos os outros graus de parentesco, constata-se uma distribuição bastante equitativa entre géneros.

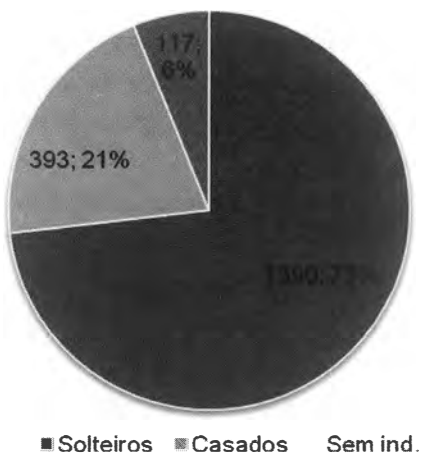
A grande maioria dos parentes que viajavam na companhia dos titulares de passaportes era constituída pelos filhos (74,6% dos acompanhantes) e pelas esposas (20,1%). Merece ainda uma referência o grupo constituído pelos irmãos dos titulares, que representa 3,5% dos acompanhantes. No grupo "Outros" estão representados enteados, netos, sobrinhos, cunhados, sogros, pais e até criados, mas todos somados, não representam mais de 1,8% do total, pelo que acabam por não ter grande expressão.

Gráfico 12
Distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto por grau de parentesco com o titular de passaporte (1912)



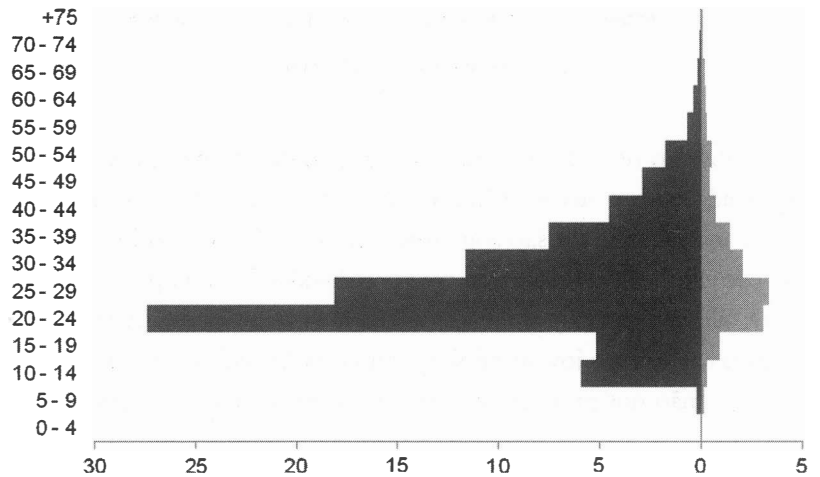
A distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco está também estreitamente relacionada com a sua distribuição por estado civil (Gráfico 13). Praticamente três quartos dos acompanhantes são solteiros, contra 20,7% de casados, número que corresponde aos cônjuges e a um número muito reduzido de acompanhantes mais velhos (essencialmente, filhos e irmãos) que viajavam naquela condição. A fatia "sem indicação" corresponde, grosso modo, a jovens adultos, cujo estado civil não se encontra indicado e com uma idade que não nos permite, de forma rigorosa, deduzir o respectivo estado civil.

Gráfico 13
Distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto por estado civil (1912)



Centrando agora a nossa análise na distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, no Gráfico 14 constata-se o claro predomínio da faixa entre os 20 e os 34 anos, que representa 65,6% do total de titulares de passaporte. Portanto, dois em cada três emigrantes titulares de passaporte eram jovens adultos, enquanto os indivíduos com mais de 60 anos e menos de 10 não chegam a 1,5% do total. A moda situa-se no grupo entre os 20 e os 24, no caso dos homens, e nos 25 a 29 anos, nas mulheres.

Gráfico 14
Distribuição dos titulares de passaporte
saídos pelo distrito do Porto por grupos etários (1912)



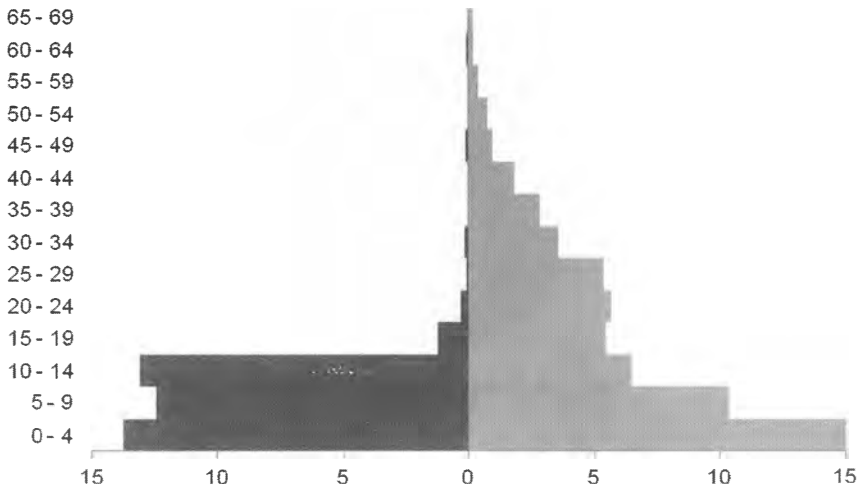
De qualquer forma, comparando a distribuição por idades entre ambos os sexos, é visível na nossa representação gráfica que a mesma é relativamente homogénea: reduzida até aos 20 anos, aumentando abruptamente a partir dos 20 anos, para decrescer progressivamente a partir dos 30 anos.

Continuando com a análise à distribuição etária, vemos pelo Gráfico 15 que 71% dos acompanhantes tinham uma idade inferior a 14 anos, distribuídos por ambos os sexos, correspondentes aos filhos menores que viajavam na companhia dos pais, e, em menor escala, aos irmãos que ainda se encontravam na menoridade e que, como tal, acabavam por viajar na condição de acompanhantes dos irmãos mais velhos. Trata-se, porém, mais uma questão de opção do que propriamente de obrigatoriedade, uma vez que o enquadramento legislativo da época não impunha a obrigação de um menor de idade viajar na condição de acompanhante, o que aliás decorre da análise do Gráfico 14, onde 6,3% dos titulares de passaporte têm menos de 14 anos.

E se é certo que a partir dos 20 anos praticamente não viajam mais homens na condição de acompanhantes, tal não se passa com o contingente do sexo feminino, que apresenta uma distribuição relativamente regular – embora com tendência decrescente – pelos vários

grupos etários. Tal acontece porque, como tivemos oportunidade de referir na análise ao grau de parentesco, boa parte das acompanhantes eram esposas dos titulares de passaporte.

Gráfico 15
Distribuição dos acompanhantes
saídos pelo distrito do Porto por grupos etários (1912)



O último indicador socioprofissional que abordamos neste trabalho reporta-se, precisamente, à profissão desempenhada pelos titulares de passaporte. As inúmeras designações que encontramos no campo "Profissão" do registo de passaportes podem ser reunidas em três grandes grupos (Gráfico 16), um dos quais o dos indivíduos sem profissão, constituído quase exclusivamente por mulheres e por menores, e que representam cerca de um quinto dos titulares de passaporte.

Em boa verdade, embora conste nos registos a menção "Não indica", sabemos que a realidade era bem diferente, pois, mesmo que de forma ilegal, a partir de tenra idade já as crianças trabalhavam arduamente para ajudar no sustento da família. Todavia, para se poder viajar de forma legal, a verdade dos factos tinha de ser escamoteada.

Por outro lado, as mulheres ajudavam os maridos no exercício das suas profissões, isto quando não desempenhavam uma profissão por conta própria. Mas o preconceito do escrivão habitual tolhia-lhe o rigor, de tal modo que, nos breves períodos de tempo em que ele é substituído por um colega, nos aparece uma série de mulheres a exercer variadas profissões, como costureiras e lavradeiras.

O segundo grande grupo de profissionais era composto pelos "Trabalhadores", expressão assim utilizada para designar os indivíduos sem qualquer especialização, que trabalhavam onde conseguissem emprego. Representando quase um terço dos titulares de

passaporte saído pelo Porto em 1912, são o retrato da realidade económica e social do Portugal de então: pobres, sem formação, dispostos a trabalhar por um baixo salário, por não saberem mais.

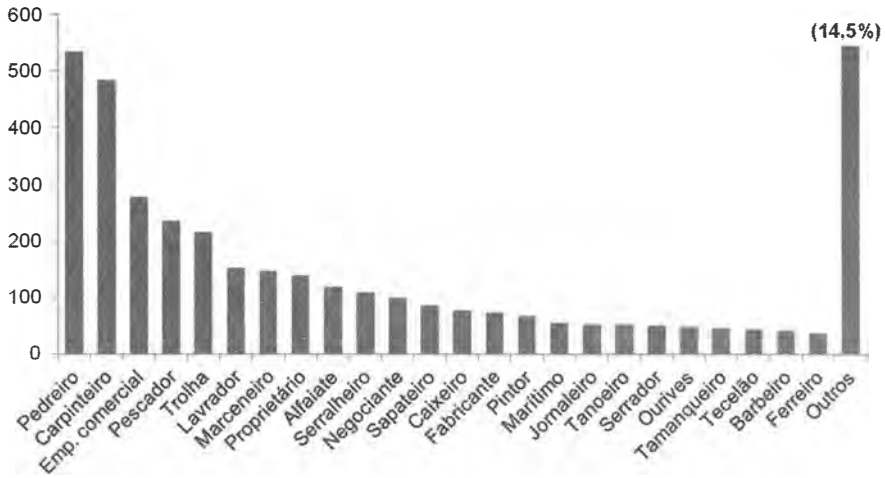
Gráfico 16
Distribuição dos titulares de passaporte
saídos pelo distrito do Porto por profissão (1912)

O terceiro e último grande grupo, correspondente a cerca de metade do contingente migratório, abarca os emigrantes que exerciam outras profissões, nos mais variados sectores de actividade, e com diferentes níveis de especialização.

No Gráfico 17, apresentamos as profissões mais expressivas deste terceiro grupo, com mais de 30 representantes, que no seu conjunto abarcam 85,5% do seu total. São, essencialmente, profissões ligadas à construção civil (pedreiros, trolhas, serralheiros), à indústria do mobiliário (carpinteiros, marceneiros, serradores), ao sector primário (lavradores, pescadores, marítimos) e ao pequeno comércio (empregados comerciais, alfaiates, sapateiros, caixeiros).

É interessante notar a estreita relação existente entre a proveniência dos emigrantes e a profissão que desempenham: em Gondomar predominam os ourives, em Valongo os louseiros, na Póvoa de Varzim os pescadores…

Gráfico 17
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por profissão – profissões com mais de trinta indivíduos (1912)



Uma última referência, no ponto em análise, para a coluna mais à direita, constituída por todas as outras profissões descritas nos diversos registos de passaportes. Embora se trate apenas de 544 indivíduos, o mesmo é dizer, 14,5% do total do grupo que estamos a tratar, essa coluna representa mais de 100 designações profissionais diferentes, muitas delas preenchidas por um único indivíduo, e que é constituído por profissionais dos vários sectores de actividade, destacando-se o pequeno "produtor/vendedor", o latoeiro, o cesteiro, o tamanqueiro, gente que, numa pequena oficina, produz de forma artesanal e, ao mesmo tempo, vende o que produz.

Conclusão

Do conjunto de dados apresentados, é possível traçar o perfil geral daqueles que, em 1912, partiram de Portugal para o Brasil com passaporte emitido pelo Governo Civil do Porto. Trata-se, regra geral, de um indivíduo do sexo masculino, jovem adulto, algures entre os 20 e os 30 anos, solteiro como recém-casado, e que exercia uma profissão não especializada e mal paga, na lavoura, na construção civil, no pequeno comércio. O mais provável é que fosse natural do distrito do Porto e aí residente, e que partisse com destino ao Rio de Janeiro, eventualmente a São Paulo. Viaja como titular de passaporte, em fuga de um Portugal sem oportunidades, rumo a um Brasil com necessidade de mão-de-obra e em crescimento.

Saber se essa promessa se cumpriu, não cabe a este trabalho analisar. Certo é que, pelos volumes migratórios analisados, Portugal registou, em 1912, uma saída impressionante de gente para o outro lado do Atlântico: considerando que a população de Portugal rondava

então os 6 milhões de habitantes, temos que, de acordo com os números oficiais – isto é, sem considerar a maciça emigração clandestina – 1 em cada 80 habitantes partiu então para o Brasil. Se esses números se podem considerar o "cancro" patenteado no discurso político, ou, por outro lado, um enorme benefício para um País necessitado de remessas, tal análise depende muito da perspectiva do observador.

A nós, coube-nos trazer os números, contextualizá-los e, dentro do possível, explicá-los. Esperamos, em ocasião futura, trazer novos dados e, com eles, explicações mais cabais em termos das verdadeiras consequências que estão para além dos números.

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.